



**SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS**  
**DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA**

Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - tel. 3293-8557 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP

[www.daee.sp.gov.br](http://www.daee.sp.gov.br)

OFÍCIO/DPO nº 052 /2011  
(Autos nº 9701659- DAEE)

São Paulo, 10 de Janeiro de 2011

Prezado(a) Senhor(a):

De ordem do Sr. AMAURI LUIZ PASTORELLO, Superintendente do DAEE, encaminhamos a Vossa Senhoria, cópia da outorga concedida por este Departamento, na qual encontram-se relacionados os direitos, deveres e obrigações referentes ao(s) uso(s)/interferência(s) nos recursos hídricos de domínio do Estado.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos da nossa estima e consideração.

**LEILA DE CARVALHO GOMES**

Resp. pelo exp. da Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização

*Rioji Koga*  
Engenheiro VI  
Pront.º nº 9149

A

**PARAISO BIOENERGIA LTDA**

Fazenda Paraíso - Rodovia SP 197, Km 7,5  
BROTAS - SP



# SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

## DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - tel. 3293-8557 - CEP 01014-001 - São Paulo - SP

**Despacho do Superintendente do DAEE de 07 / janeiro /2011.**

### “ IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO ”

À vista da Lei Federal 9433 de 08/01/97, do Decreto Estadual 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAEE nº 717 de 12/12/96, e do Parecer Técnico da Diretoria da Bacia do Baixo Tietê, inserto no Autos DAEE nº 9701659, ficam aprovados os estudos apresentados com uso de recursos hídricos superficiais, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de atendimento industrial, na Fazenda Paraíso, Rodovia SP 197, Km 7,5, município de BROTAS, requerida pela PARAISO BIOENERGIA LTDA, CNPJ 46.363.016/0001-60, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria.

USO	RECURSO HÍDRICO	COORD. UTM KM		MC	VAZÃO MÁXIMA m³/h	PERÍODO	
		N	E			h/d	d/m
Captação Superficial	Ribeirão Claro ou do Varjão	7.521,95	800,95	51	160,00	24	30

I - Esta autorização não confere a seu titular o direito de uso e/ou interferência nos recursos hídricos, tendo validade de até 3 anos da data de sua publicação.

II - Esta autorização, não desobriga o outorgado, a requerer a aprovação municipal, referente à legislação de uso e ocupação do solo, e/ou o atendimento a legislação estadual e federal, referente ao controle de poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), e à proteção ambiental (artigo 2º da Lei 4771/65 - Código Florestal), para viabilizar este empreendimento.

  
**AMAUURI LUIZ PASTORELLO**  
Superintendente

Antônio M. S. Bragança  
Assessor Técnico Chefe  
Pront. nº 4608

Publicado no DOE em 08/10/2011.